



História da Historiografia: International
Journal of Theory and History of
Historiography

E-ISSN: 1983-9928

historiadahistoriografia@hotmail.com

Sociedade Brasileira de Teoria e História
da Historiografia

Costa Ramalho, Walderez Simões

Uma crítica ao essencialismo identitário: a historiografia da mineiridade na primeira
metade do século XX

História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography,
vol. 8, núm. 18, 2015, pp. 248-265

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=597769579016>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

Uma crítica ao essencialismo identitário: a historiografia da mineiridade na primeira metade do século XX

A critique of identity essentialism: the historiography of mineiridade in the first half of twentieth century

Walderez Simões Costa Ramalho

walderezramalho@gmail.com

Mestre

Universidade Federal de Minas Gerais

Rua Panamá, 144/301 - Sion

30320-120 - Belo Horizonte - MG

Brasil

Resumo

A busca por uma identidade específica foi certamente um dos temas mais discutidos pela historiografia relativa a Minas Gerais. Este artigo pretende avaliar criticamente esse longo debate, focalizando os trabalhos de interpretação produzidos durante a primeira metade do século XX. Tais textos compreendiam a mineiridade como uma “essência”, objetiva, fixa, definitiva, comum a todos os mineiros, numa concepção identitária que não abria espaço para as mudanças e diferenças. Trata-se, aqui, de propor uma leitura “não-essencialista” dessas interpretações, compreendendo a identidade cultural como um processo em permanente construção. Esse exercício crítico deve auxiliar na discussão de possíveis caminhos para projetar um espaço público mais aberto, democrático e inclusivo em Minas Gerais.

248

Palavras-chave

Historiografia; Identidade; Representação.

Abstract

The quest for an specific identity was certainly one of the most discussed topics by historiography relating to Minas Gerais. This article seeks to critically evaluate this long debate, focusing on the works of interpretation produced during the first half of the twentieth century. These texts understood the *mineiridade* as a fixed “essence”, objective, definitive, common to all mineiros, in a conception of identity that would not open for changes and differences. It is here to propose a “non-essentialist” reading of these interpretations, understanding cultural identity as a process in permanent construction. This critical exercise should assist in discussion of possible ways to build a more open, democratic and inclusive public space in Minas Gerais.

Keywords

Historiography; Identity; Representation.

Recebido em: 25/8/2014

Aprovado em: 14/1/2015

Durante o século XX uma numerosa e variada produção intelectual se dedicou à tarefa de explicar o “enigma mineiro”, isto é, definir as supostas características, costumes e valores comuns partilhados pelos habitantes de Minas Gerais num discurso coerente e unificado. Dessa produção resultou um complexo sistema de representação simbólica que forneceu uma imagem identitária para o Estado, a qual se disseminou no imaginário regional e nacional sob a denominação geral de *mineiridade*.¹ Em que pesem as recentes revisões críticas (ARRUDA 1990; DULCI 1984; SOUZA 2013), essa noção ainda se faz presente em numerosas publicações atuais, bem como nas produções artísticas e em campanhas eleitorais.

O objetivo central deste artigo é avaliar, através de um exercício de reinterpretação crítica, como o imaginário da mineiridade foi construído historicamente pelo pensamento social mineiro e brasileiro, privilegiando algumas “narrativas-mestras” que procuraram dizer aos mineiros quem eles são por meio da narração de sua história – uma operação que, aliás, nunca é politicamente neutra. Destacamos, neste estudo, dois momentos dessa “historiografia da mineiridade” – a Primeira República e o contexto de abertura política pós-Estado Novo –, quando o apelo à figura imaginária do “mineiro” se tornou mais recorrente. A análise será feita pela problematização dos principais conteúdos semânticos mobilizados pelos textos, bem como pela investigação da forma como eles articulam passado, presente e futuro, formulando sentidos e projetos unificadores para a história e identidade de Minas configuradas pela própria narrativa (HARTOG 2013; RICOEUR 2010).

Essa forma de colocar a questão já indica que o conceito de “identidade” é entendido aqui como processual, uma construção discursiva, historicamente condicionada. Não se trata, aliás, de verificar a veracidade ou falsidade das caracterizações já feitas sobre o mineiro, mas de compreender a força que o imaginário possui na confecção do real, isto é, seu poder de dar sentido e conformar práticas e valores sociais, políticos e culturais. Como já assinalou Castoriadis (1982), o imaginário não está em oposição à realidade (material), mas compõe com ela uma relação complexa, na qual um dinamiza e confere inteligibilidade ao outro. Essa relação é tão forte e imbricada que, conforme apontou o historiador Evaldo Cabral de Mello – aliás, um crítico da ideia de “pernambucanidade” ou de “brasilidade” –, “à força de reivindicarem um determinado caráter coletivo, nacional, regional ou de classe, as sociedades acabam por se convencer da sua realidade, passando a agir de acordo com tais modelos” (MELLO 2008, p. 208). O imaginário informa como as sociedades se representam no mundo, modelando as suas ações. Por isso, o estudo desse campo é tão relevante para o conhecimento histórico de uma sociedade quanto o modo de produção econômico ou as formas de organização política.

249

¹ A origem deste termo remonta a uma conferência proferida por Aires da Mata Machado Filho em 1937, na cidade de Diamantina, acerca do escritor Couto de Magalhães. Não conseguimos localizar o texto dessa conferência. Cf. MACHADO FILHO 1981; e RESENDE 1981, p. 92. No campo da historiografia, o termo foi amplamente difundido por Gilberto Freyre em outra conferência realizada na Faculdade de Direito de Belo Horizonte em 16 de julho de 1946. Cf. FREYRE 1964. Este texto será discutido mais adiante.

Essa perspectiva conceitual, entretanto, vai de encontro ao ponto de vista utilizado pelos intérpretes aqui analisados; estes compreendem o fenômeno da mineiridade nos termos do *essencialismo identitário*. Em linhas gerais, o essencialismo define a identidade de um grupo cultural pela ideia de “essência”, isto é, um conjunto de características físicas, psicológicas e sociais, o qual se manteria inalterável ao longo da história e formaria o “caráter coletivo” de um povo. Nesse sentido, a mineiridade seria algo já acabado, finalizado, não passível de movimento e, portanto, apto a ser descrito desde um ponto de vista externo e objetivo. Caberia ao intérprete fixar, por meio da observação direta e/ou pela análise das fontes históricas, os elementos psicossociais que constituiriam a “essência” comum que distinguiria os mineiros do restante do país. Haveria uma unidade profunda entre “os mineiros”, e o fluxo histórico-temporal é dominado pelo ponto de vista da continuidade. O discurso essencialista prescreve, assim, a manutenção das tradições “genuínas”, bem como a recusa das mudanças e das diferenças que poderiam ameaçar a integridade da união grupal (WOODWARD 2006; HOBSBAWM 1984; REIS 2006).

Do ponto de vista político, o essencialismo identitário permite a justificação do *status quo*, criando mecanismos de resistência às mudanças sociais (SILVA 2005). Alguns termos recorrentes na historiografia da mineiridade, como “caráter coletivo”, “tradição verdadeira”, “raça”, “espírito mineiro” e “herança histórica”, são utilizados para prescrever entre os contemporâneos a necessidade de conservar o passado, este sempre selecionado e arbitrariamente recortado de acordo com os interesses do enunciador.

Em contraposição a essa perspectiva, propomos uma releitura “não-essencialista” das narrativas históricas da mineiridade, considerando-as em seus respectivos contextos de produção, e destacando as principais temáticas que sustentam a mineiridade enquanto “sistema de representação simbólica” (HALL 2011). Trata-se, aqui, de compreender como esses textos contribuíram para a construção de certas “imagens de Minas” ainda vivas no imaginário regional e nacional. É preciso revisitar criticamente esses trabalhos, contextualizá-los, colocá-los em diálogo, problematizá-los. Reinterpretar esses diferentes “retratos” do passado pode servir como um passo importante na tarefa de construção de novas perspectivas para a cidadania em Minas e no Brasil.

A mineiridade na Primeira República

É possível encontrar textos que versaram sobre o “caráter mineiro” desde as primeiras décadas do século XVIII, como o famoso *Discurso histórico e político sobre a sedição que nas Minas houve no ano de 1720*, atribuído ao governador Pedro de Almeida, conde de Assumar, e mais dois clérigos (DISCURSO 1994). No século XIX, a literatura dos viajantes, o estudo corográfico de Raimundo José da Cunha Matos (1981) e as memórias de Joaquim Felício dos Santos (1976) também contribuíram para a construção da “mitologia da mineiridade” (ARRUDA 1990).

Todavia, consideramos que o período da Primeira República no Brasil representou um marco na historiografia da mineiridade. O processo de descentralização política promovido pela Constituição de 1891 e pela “política

dos governadores" de Campos Sales (1898-1902) levou as antigas províncias – agora unidades da federação – a reorganizarem as suas histórias para, de um lado, justificar as suas respectivas importâncias para a formação da identidade nacional, e de outro, promover e legitimar a unidade interna (MEDEIROS; ARAUJO 2007, p. 29). No caso mineiro, esse processo se materializou tanto na criação de institutos voltados para a produção e circulação do conhecimento sobre a história regional – dentre os quais se destacam o *Arquivo Público Mineiro* (APM, 1895) e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG, 1907) –, quanto na publicação de livros, artigos, opúsculos e conferências destinados a definir qual seria o "fundamento histórico" da identidade mineira.

A relação entre a adoção do federalismo e a renovação historiográfica foi notada pelos próprios intelectuais da época. Logo nas "Palavras preliminares" do primeiro volume da *Revista do Arquivo Público Mineiro*, o primeiro diretor do APM, José Pedro Xavier da Veiga, já afirmava:

Estabelecida com a República o regime federativo, isto é, descentralizada a vida nacional e despertos os Estados da velha apatia letárgica, já começam eles a prover sobre a necessidade, essencial à própria autonomia, de organizarem séria e sistematicamente os seus Arquivos, que ao tempo das antigas províncias eram, por via de regra, parcelados por diversas repartições, e parcelados a esmo, desdenhosa e desordenadamente, sem nenhuma metodização ou nexo (XAVIER DA VEIGA 1896, p. II).

A busca por uma unidade regional era, do ponto de vista das elites, fator crucial para o projeto de fortalecimento político do Estado, condição necessária para garantir o aporte de mais recursos e benefícios do governo (MARTINS FILHO 2009; WIRTH 1982). Isso era mais urgente se lebrarmos as profundas dissidências internas em Minas Gerais, havendo inclusive ameaças de separatismo no Sul do Estado (CASTRO 2010). Além da mudança da capital para Belo Horizonte, que deveria simbolizar a união entre as Minas e as Gerais – embora também tenha gerado constrangimentos políticos no seio da elite mineira – o estímulo à reescrita da história deveria funcionar como suporte para a criação de uma identidade unificada, a qual poderia simbolizar a integração regional e o novo momento histórico do Estado (BOMENY 1994).

251

O discurso de inauguração do IHGMG é um bom exemplo desse processo. O orador Diogo de Vasconcelos (1843-1927), importante historiador marianense e descendente de família tradicional em Minas, exalta as tradições regionais e define a função principal do instituto:

o povo mineiro, que por sua história peculiar caracterizasse desde seu advento, há dois séculos, diferenciando-se do seu destino, e formando já a maior casa de toda a América, sentia a falta de se lhe erigir a oficina central do pensamento, na qual se cuidam com esmero de fortificar a sua homogeneidade, e de unificar os seus elementos étnicos tradicionais. [...] Condensar essas qualidades ingêntitas, aperfeiçoar a mentalidade, que nos foi transmitida, pelas circunstâncias especiosas da nossa origem, serão creio eu, o melhor e mais constante objeto de nossos estudos e escopo essencial deste Instituto, ereto em honra da história para farol inequívoco de nossos progressos (VASCONCELOS 1909, p. 213-214).

A história, para o orador, tem a função de fortalecer o sentimento de identidade entre os mineiros, compreendido na sua unicidade, como se pode notar pelo uso de expressões como “homogeneidade” e “qualidades ingêntas”. Ao mesmo tempo, o futuro é representado pela categoria do “progresso”, alinhado ao dever da história de “aperfeiçoar” a mentalidade coletiva forjada desde as origens de Minas. Nesse sentido, o progresso de Minas está condicionado à manutenção das tradições locais, constituídas por valorização do trabalho, obediência aos governos, defesa da ordem política e social, catolicismo fervoroso e apego à família. É esse espaço de experiência (KOSELLECK 2006) que deve ser preservado e cultivado entre os contemporâneos para garantir que a unidade e o progresso de Minas se consolidem no futuro. Num momento de experiência acelerada do tempo histórico, com mudanças na ordem política – em relação às quais Vasconcelos se posicionava contrariamente (SILVA 2010) –, seria necessário que as tradições mineiras continuassem vivas, de modo que a história servisse como “farol”, o guia seguro para o progresso dos mineiros. Essas considerações indicam a visão eminentemente conservadora da história de Minas Gerais presente no discurso de Vasconcelos.

252

O povo mineiro, à luz destes princípios, tem de considerar antes de tudo a sua origem privilegiada. [...] Descendente de generoso sangue paulista, congraçado com o da mais heroica e laboriosa de todas as Mães-Pátrias, conservou e conserva na língua da mais bela epopeia moderna, nos hábitos inalteráveis da economia, do trabalho e da honra, tão bem como na fé católica, a cujos surtos se devem o descortino dos continentes e dos mares, as condições seguras, os elementos conservadores e as energias políticas de sua perfectibilidade no caminho indefinido aberto a vida das gerações, que vão nos suceder (VASCONCELOS 1909, p. 214).

A contribuição de negros, índios e outros elementos étnicos na formação do “povo mineiro” ficam em segundo plano no discurso. Afinal, segundo Vasconcelos, os brancos (paulistas e portugueses) foram os grandes atores dessa formação, pois teriam introduzido os elementos civilizatórios na região – implantação da lei, do Estado e da religião católica – além de introduzir os hábitos mais “elevados” que permitiram o florescimento da “família mineira”. É essa tradição que deve ser valorizada e defendida pelos mineiros do presente e futuro.

Essas formulações sobre a identidade mineira se fazem presentes em outro autor desse período, o intelectual e político serrano Nelson Coelho de Sena (1873-1952). Vale destacar aqui o seu pronunciamento na cerimônia de inauguração da Academia Mineira de Letras (AML), em 13 de maio de 1909. Nesse discurso, Sena elabora previsões para o futuro do Estado, o que bem indica o horizonte de expectativas (KOSELLECK 2006) que desejava para os mineiros, constituído de intensa industrialização e urbanização, crescimento demográfico e desenvolvimento comercial. Porém, pergunta o orador, esse progresso material poderia significar o abandono da vida intelectual em Minas?

O excesso da atividade material entorpecerá as produções da inteligência nessa Pátria do futuro que viemos descortinando? O requinte do conforto, a intensa luta industrial, o progresso econômico, o triunfo definitivo da

era mercantil, no Brasil de amanhã, entibiarão as energias do cérebro nacional e farão apoucada a nossa cultura artística e literária? (SENA 2006, p. 73).

Embora não possa dar uma resposta definitiva para esse problema, Nelson de Sena propõe uma solução calcada na fé; em Deus, certamente, mas principalmente na esperança de que a juventude mineira ainda se disponha a lutar pela herança cultural de seus antepassados. Fé, sobretudo, na conservação das tradições mineiras, na “fidelidade” dos mineiros para com o seu passado e, nessa medida, para si mesmos.

Esperança de que, ainda em meio à áspera luta de uma era industrial, hão de sobrar corações que amem a beleza e a bondade [...] e timbrem no propósito alevantado de não deixar perecer os ideais de uma raça meiga e sonhadora. Fé, Senhores, nesse poderoso instinto que leva os povos a conservarem as suas crenças mais sentidas e suas mais caras tradições (SENA 2006, p. 74).

Ainda que o discurso esteja construído sob o signo da dúvida, é evidente o apelo tradicionalista de Nelson de Sena. O futuro, que certamente será de progresso e transformações materiais, deverá ser erigido em função de (certas) tradições regionais, formando a articulação temporal contínua da identidade de Minas Gerais – uma característica do discurso essencialista. Sena faz referência a Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Santa Rita Durão, Bernardo de Vasconcelos, Teófilo Otoni, Joaquim Felício dos Santos, e muitos outros escritores dos séculos XVIII, XIX e XX, que seriam representantes de uma longa e rica tradição literária regional. Caberia aos mineiros do presente e futuro honrar esse “passado glorioso” e dar-lhe continuidade, para que o progresso material seja também acompanhado pelo progresso intelectual e moral. O essencialismo aparece aí não como certeza absoluta, mas uma “aposta otimista”. A continuidade da tradição – “inventada”, conforme ensinaram Ranger e Hobsbawm (1984) – é situada no discurso como a melhor garantia do futuro de progresso e evolução. Ainda que a sua leitura esteja aberta à modernização de Minas, ela só faz sentido na medida em que está submetida à preservação do passado.

Quanto à figura da propalada “tradicional família mineira”, um autor que contribuiu para a sua consolidação no imaginário foi Francisco José de Oliveira Viana (1883-1951). Em seu texto *Minas do lume e do pão*, publicado pela primeira vez na *Revista do Brasil* em 1920, e mais tarde reunida na obra *Pequenos Estudos de Psicologia Social* (1^a edição de 1921), o autor, a partir de observações feitas durante uma viagem a algumas cidades mineiras, afirma que o principal traço distintivo do “espírito de Minas” é o apego ao lar e a obediência aos ditames da família (patriarcal). A família seria a base de todas as relações sociais vivenciadas em Minas. “Todas as particularidades que pude observar, como características da gente de Minas, tem a sua explicação primária neste irredutível exclusivismo familiar do mineiro” (OLIVEIRA VIANA 1942, p. 34).

Essa centralidade da família levou à formação de características peculiares: hospitalidade, desconfiança, reserva com o estrangeiro, e forte restrição dos círculos de sociabilidade. Em relação ao último ponto, é interessante verificar que a centralidade da família tem como contrapartida o retraimento da dimensão pública da vida em Minas, que Oliveira Viana reitera diversas vezes ao longo do texto. Os mineiros, de acordo com o autor, não frequentam os jardins e praças das cidades, as multidões são surpreendentemente silenciosas, como se estivessem na nave de uma igreja. Em Belo Horizonte, “cidade moderníssima”, as suas ruas reclamam transeuntes, já que a população se fecha nas suas residências. O “povo mineiro”, fechado em suas relações familiares, ficaria ausente das esferas públicas da vida, entre as quais a política. Não se trata, aqui, de exigir do autor que escrevesse aquilo que não via nem poderia ver, já que a Primeira República não abria muito espaço para os direitos políticos nem trouxe expansão da cidadania no Brasil (CARVALHO 2013). Entretanto, é preciso assinalar que esse quadro não era visto por Oliveira Viana de modo crítico, ou como algo a ser lamentado, mas sim como um ideal a ser seguido por todos os brasileiros. Um corolário possível dessa posição seria, então, a desvalorização da participação popular na vida pública, restrita apenas aos altos círculos da elite.

Embora alguns defendessem a modernização do Estado e o rompimento com esse modo de vida, Oliveira Viana valorizava a continuidade da tradição, um valor mais forte entre os montanheses do que o cosmopolitismo desintegrador de outras regiões brasileiras. Isso era algo que deveria ser mantido de forma a preservar a identidade regional e, correlativamente, salvaguardar a identidade nacional frente a possíveis degenerações que o futuro, uma vez desligado do passado, poderia trazer. Esta era uma lição que os mineiros deveriam ensinar a todos os brasileiros.

Os mineiros, bem o sei, não se sentem muito lisonjeados quando enalteçemos o seu tradicionalismo: é como se os julgássemos atrasados ou rotineiros. Esquecem que – *a grandeza de um povo está na força de persistência dessas tradições familiares e domésticas, que são a expressão mais típica do seu caráter nacional*. Mantê-las tanto quanto possível dentro da fatalidade evolutiva da civilização – eis o ideal de um povo consciente da sua personalidade e orgulhoso do seu espírito (OLIVEIRA VIANA 1942, p. 52, grifos do autor).

Esta passagem sintetiza um ponto comum entre as fontes: o progresso de Minas, enquanto possibilidade de mudanças, é uma “fatalidade”, um destino inescapável. Entretanto, a tarefa dos contemporâneos é promover a permanência e manutenção das tradições que constituiriam a “essência” de Minas Gerais, condição básica para que o futuro não promova a “descaracterização”, tão temida pelos intérpretes essencialistas. Dois fatores interferem na elaboração desse discurso: primeiro, a visão de que a mineiridade é, ela própria, tradicionalista; segundo, a compreensão ambígua da experiência do tempo, em que o passado continua como fonte de autoridade sobre o futuro, por sua vez visualizado a partir da categoria do progresso.

A mineiridade no final do Estado Novo

A despeito desse discurso conservador, Minas não estava alheia ao processo de modernização presente já nas primeiras décadas do século XX, o qual foi acentuado a partir da década de 1930. A industrialização ganhou força e passou a ser tomada como política de Estado – embora jamais tenha alcançado a primazia na estrutura econômica mineira. Os centros urbanos se ampliavam, e correntes modernistas se destacavam na cena literária. Em relação a Belo Horizonte, ressalte-se o período do “prefeito furacão”, Juscelino Kubitscheck, que na década de 1940 promoveu obras e ações de cunho modernizante (CEDRO 2009). Uma delas foi a construção do complexo da Pampulha, com finalidades turísticas e de lazer, “enfrentando a resistência da velha Minas, encarnada, sobretudo, na figura do arcebispo dom Cabral” (CARVALHO 2008, p. 32).

Ao final do Estado Novo, a iminência da abertura do país para a democracia gerava incertezas, especialmente entre os intelectuais liberal-conservadores que, mais uma vez, apelavam à mineiridade “essencializada” para legitimar seus projetos de poder. Pelo menos dois fatores interferiram para que tal apropriação ganhasse força entre políticos e intelectuais desse período: por um lado, a ruptura do regime centralizador e ditatorial revigorou o tema da descentralização e do federalismo, consagrado pela Constituição de 1946, ainda que bastante matizado se comparado com a Primeira República (FERREIRA 2010); por outro lado, o próprio discurso da mineiridade enfatizava o aspecto do equilíbrio político e moral do “povo mineiro”, o que se encaixava perfeitamente para aqueles que advogavam uma mudança política sem rupturas profundas. O *topos* do equilíbrio, cuja tradução política se consagra na ideia de conciliação (DULCI 1984), foi um dos elementos centrais da historiografia da mineiridade desse período.

O próprio *Manifesto dos mineiros*, considerado um dos marcos iniciais da crise do Estado Novo e assinado por importantes lideranças políticas estaduais, já fazia referência à imagem da “família mineira”, unida em prol da democracia, mobilizando o argumento do equilíbrio como base para as exigências de abertura política preservando a ordem social. Esse aspecto é tão marcante que ele é utilizado, inclusive, para justificar o tom confessadamente “moderado” do *Manifesto*.

Dirigimo-nos, sobretudo, ao espírito lúcido e tranquilo dos nossos coestaduanos, à sua consciência firme e equilibrada, onde as paixões perdem a incandescência, se amortecem e deixam íntegro o inalterável senso de análise e julgamento. Este não é um documento subversivo; não visamos agitar nem pretendemos conduzir (SOUZA SOBRINHO 1973, p. 263).

A temática do equilíbrio aparece também na obra do historiador itabirano João Camillo de Oliveira Torres (1915-1973). Em *O Homem e a Montanha*, publicado em 1944, João Camillo investigou as consequências psicossociais da presença da montanha na formação do “caráter mineiro”. Partindo do princípio de que esse caráter é uno em sua origem, o autor faz uma síntese histórica de Minas Gerais, mesclando aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. Oliveira Torres caracteriza Minas como uma “ilha cultural”, pois o relevo montanhoso teria auxiliado no isolamento da região em relação às

transformações ocorridas em outras áreas do país. Tal isolamento resultou na formação de uma “cultura em conserva”, intacta em suas linhas gerais, na qual o passado continua vivo no presente, podendo inclusive ser estudado *in loco* (TORRES 2011, p. 58-61). Ao longo dos anos, Minas teria se mantido “à margem do rebuliço geral e [conservou] a velha organização social nova e saudável como sempre” (TORRES 2011, p. 60).

Essa formação cultural tradicional, porém, começava a ser modificada com a chegada de novos meios de comunicação, especialmente a estrada de ferro, que “coloca no mesmo nível a mais distante aldeia e a grande cidade praieira, vizinha da Europa” (TORRES 2011, p. 60). A estrada de ferro reduz as distâncias e promove o intercâmbio cultural mais intenso. A modernização chegava a Minas pelos trilhos, vencendo o isolamento natural da montanha, e fomentando uma superação do passado pela chegada de novas ideias e modos de vida. Contudo, esse processo estava ainda muito incipiente, pois “em muitos dos mais antigos núcleos de povoação de Minas, a estrada de ferro é coisa recente ou não há. Vários são os lugares em que este fenômeno de conquista cultural é coisa de hoje” (TORRES 2011, p. 61). Seu livro, portanto, pretende fazer um estudo da cultura mineira tradicional – compreendida enquanto “essência” – antes que ela seja “descaracterizada” pela modernização via estrada de ferro.

Nessa “cultura em conserva”, a montanha aparece como elemento determinante. Ela impõe certos valores, práticas e formas de viver em comum, destacando-se a sobriedade, a moderação e a aversão aos extremismos.

256

O mineiro é silencioso, sóbrio e tradicionalista, é tolerante e comedido, sabe respeitar e exige respeito; reconhece uma ‘pessoa’ em todas as coisas e exige ser tratado como sendo ‘pessoa’ também. Sempre foi contra absolutismos e contra os extremismos: a realidade compõe-se de contrários que se equilibram (TORRES 2011, p. 206).

A utilização de aspectos geográficos para fundamentar certas afirmações acerca da história e da experiência do tempo entre os mineiros é um argumento recorrente no discurso essencialista (WOODWARD 2006). A montanha, fundamento sobre a qual teria se construído a civilização mineira – em desconsideração à realidade orográfica múltipla do Estado – determina certos traços de comportamento coletivo que representam a tendência ao equilíbrio político e moral, como vimos na citação acima.

Mas não foram apenas os intelectuais mineiros que buscaram definir a “essência” de Minas nesses termos. Alceu Amoroso Lima (1893-1983), intelectual carioca e uma das principais referências no círculo católico-conservador do período, publicou em 1945 o livro *Voz de Minas: ensaio de sociologia regional brasileira*, que acabou se tornando uma das interpretações mais influentes sobre a mineiridade. A voz de Minas, para Lima, é uníssona, não comporta variações internas, e se caracteriza pela supremacia do passado e das tradições regionais e nacionais sobre o impulso modernizador. Esse aspecto autorizaria Minas a desempenhar sua “missão” num Brasil inserido em contexto de grandes conturbações nacionais e internacionais.

Interessante notar que a primeira característica que o autor aponta no mineiro é o “centrismo”, em referência à ideia de equilíbrio, bom senso, ponderação, sobriedade, síntese nacional, qualidades que conformariam a vida psicológica, sociológica, cultural e espiritual dos mineiros, bem como seu papel de articulação e integração entre as diversas regiões brasileiras. A própria geografia de Minas, Estado “mediterrâneo” e “montanhoso”, são elementos que, segundo Amoroso Lima, conformaram um modo de vida específico na região, caracterizado pelo ritmo lento da vida, a dispersão demográfica, e a compreensão dos problemas nacionais para além de quaisquer bairrismos.

A esse respeito, é importante ressaltar as semelhanças entre as visões de Oliveira Torres e Amoroso Lima. Em *Voz de Minas*, a montanha também aparece como fator de isolamento do Estado, contribuindo para a consolidação da sua identidade “em conserva”. Ela se impõe perante a comunidade, induzindo uma série de traços mentais e sociais ligados à temática do equilíbrio: as serrarias “limitam o horizonte” e apresentam-se como um obstáculo a ser vencido todos os dias pela população, ao contrário de outras regiões, onde a terra se mostra fácil e dócil para o cultivo agrícola ou o próprio cotidiano. Por fim, ela sugere o espírito de segurança, durabilidade, lentidão, permanência, que distinguiria o mineiro dos demais brasileiros. Em outras palavras, os aspectos geográficos estão, novamente, alinhados ao sentido histórico da experiência do tempo em Minas.

A montanha comunica realmente aos seus habitantes o bom hábito de viver sem pressa, de andar com lentidão. O homem da montanha, habituado a subir ladeiras, anda compassadamente, sabe que não pode correr, [...] que tudo deve ser feito com calma (LIMA 1983, p. 45).

257

Esta citação nos remete à afirmação de Amoroso Lima segundo a qual a vida mineira se direciona à “intemporalidade”. Em outras palavras, os mineiros conceberiam a si próprios muito mais no plano da eternidade do que no tempo propriamente dito – este último compreendido como mudança ininterrupta, variabilidade, devir, descontinuidade, transformação, modernização. O texto faz referência constante ao ritmo lento da vida em Minas Gerais, à supremacia da permanência, da continuidade e da duração sobre a variabilidade. O “homem mineiro”, segundo Lima, “é o homem do passado. O passado não larga o mineiro, em toda a sua vida. É a sua força. É a sua estabilidade. É a sua dignidade” (LIMA 1983, p. 29). Essa prevalência do passado sobre o presente faz com que o mineiro seja acusado de rotineiro, anacrônico, contrário ao progresso e às mudanças sociais renovadoras. Esse risco é mesmo lembrado pelo autor, mas ele faz dessa característica um juízo bastante favorável:

A força que há na permanência, entretanto, é que sustenta o mundo. É a maior de todas as energias, pois não fosse a inclinação das essências voltarem a si mesmas [...] e tudo cairia no vácuo, tudo desapareceria no próprio momento de aparecer. *E a vida seria impossível*. Só é possível viver porque as coisas essenciais não mudam. A vida não é a mudança. A mudança é a morte. A vida é a imutabilidade. A vida é a conservação (LIMA 1983, p. 30, grifos do autor).

Fica muito clara nesta passagem a concepção essencialista que o autor utiliza em sua interpretação da mineiridade. O mineiro, muito mais “eterno” do que “moderno”, deve resistir às mudanças e manter as suas tradições como um antídoto às vicissitudes da vida moderna, a qual não encontraria nas montanhas de Minas ambiente favorável. Para Lima, não se trata de recusar totalmente a modernidade, ou de fazer de Minas Gerais um centro anacrônico de memória do passado, mas de afirmar a continuidade legítima e necessária das suas tradições para o fortalecimento da sua própria “natureza”.

Não se trata de manter Minas num bocal, conservada no seu atraso como um [sic] cobra em álcool ou como uma borboleta em naftalina. [...] *Trata-se de conservar as condições essenciais do verdadeiro progresso humano, que é manter a vida próxima das fontes naturais da sua origem.* [...] A guerra mundial de hoje, se tem algum sentido, só pode ser o de *um fenômeno de volta a condições mais naturais de existência*, no mundo de amanhã. E a missão dos povos como o mineiro é preservar em si e no seu modo de viver essas condições mais naturais de viver, embora aparentemente rotineiras e atrasadas (LIMA 1983, p. 53, grifos do autor).

Amoroso Lima postula uma “essência mineira”, uma identidade já finalizada e destinada a cumprir uma missão para o Brasil, resumida em três pontos principais: preservação, reforma e compensação. Com efeito, uma das características recorrentes do discurso essencialista da mineiridade é a postulação de uma missão a ser desempenhada pelos mineiros. Invariavelmente, essa missão está ligada à permanência de certas tradições, no sentido de combater as ameaças da modernização sem freios às quais os centros mais cosmopolitas do Brasil aderem mais facilmente.

258

Que Deus preserve sempre nos mineiros essa coragem de amar o que a civilização mundana cada dia mais reduz a nada. Tivesse eu forças para fechar as portas do Brasil a essa onda de corrupção doméstica que há meio século entra por todas elas e julgaria que nenhuma condição excederia em importância a essa, para conservar o Brasil brasileiro e fiel ao seu passado e à sua natureza. Minas é um dos baluartes dessa filosofia doméstica da vida, tão ameaçada e ao mesmo tempo tão representativa ainda do que somos no mundo, se quisermos ser *alguma coisa no mundo*, mais do que meros macaqueadores de costumes estranhos (LIMA 1983, p. 29-30, grifos do autor).

A recusa da mudança seria um dos elementos fundamentais da “filosofia mineira da vida”. Num período de transformações aceleradas, Amoroso Lima correu a fixar os valores do “verdadeiro mineirismo”, cada vez mais ameaçados por alguns “inimigos de Minas”, que queriam transformá-la para se adequar aos “grandes centros mundanos”. De acordo com esses entusiastas da modernização mineira, “para que Minas seja o que deve ser, deverá deixar de ser o que é. Essa a mentalidade, para mim, mais desastrosa que possa ameaçar este altiplano brasileiro... como temo a sua proliferação é que me apresso em dizer o que penso de Minas” (LIMA 1983, p. 52). Fica evidenciado aqui o sentido político desse “retrato” da mineiridade: reagir contra a “descaracterização” e preservar Minas como baluarte das tradições nacionais.

Finalizamos a nossa breve viagem pela historiografia da mineiridade com uma conferência de Gilberto Freyre (1900-1987), intitulada *Ordem, liberdade, mineiridade*, proferida em 1946 na Faculdade de Direito de Belo Horizonte. O sentido principal dessa conferência é incitar os mineiros a desempenhar sua missão histórica num momento em que o país vivenciava o processo de abertura democrática e trabalhava na elaboração de uma nova Constituição – Freyre era, aliás, um dos deputados constituintes pela UDN.

Vale registrar que, entre os textos aqui analisados, a conferência de Freyre é a primeira a utilizar explicitamente o termo “mineiridade”. E o seu significado está fundado na suposta harmonia entre os princípios da ordem social e da liberdade individual. O “espírito mineiro”, nas palavras do orador, se expressa por dois tipos de afirmações: “ao lado do desejo de estabilidade, o de liberdade; ao lado do desejo de ordenação da sociedade, a de libertação da pessoa de todas as formas de opressão da sua dignidade e de sua criatividade” (FREYRE 1965, p. 22). É a conciliação e o equilíbrio entre os dois princípios, à primeira vista conflitantes entre si, que constituem o sentido “essencial” de Minas Gerais, forjado desde as suas origens setecentistas e permanente ao longo de toda a sua história. Avessa aos extremismos, a mineiridade propõe a conciliação, a moderação, o equilíbrio entre ordem e liberdade, unidade e diversidade, pessoal e impessoal, local e universal.

É essa nota conciliatória que os mineiros devem propor ao Brasil como modelo de sua reconstrução democrática, de modo a situar o próprio país como alternativa à cisão extremista que o mundo ingressava com a Guerra Fria. No caso nacional, o autor assinala dois radicalismos que teriam avassalado a história recente: o comunismo-prestista, o qual propunha romper todas as amarras da ordem em nome da liberdade, e a ditadura policial, que na defesa da ordem sacrificava as liberdades individuais. Minas apareceria, nesse contexto, como a alternativa mais interessante para solucionar os dilemas nacionais: a conciliação entre o “grave senso da ordem” e a “liberdade ainda que tardia”.

259

Não vejo gente brasileira mais capaz que a de Minas de resolver antes politicamente que policialmente (aplausos) para o Brasil, problemas hoje tão nosso e já há anos de países tão política e tecnicamente mais adiantados que os da América do Sul, como o da conciliação da liberdade da pessoa com a ordem da sociedade (FREYRE 1965, p. 23).

A confiança que o orador deposita sobre os mineiros se fundamenta na permanência da conciliação entre liberdade (individual) e ordem (social), fator que distingue sua história e identidade. Mais uma vez, o horizonte de expectativas que não rompe com o espaço de experiência: a realização do futuro está condicionada à continuidade do passado que Freyre seleciona e apresenta aos seus interlocutores. Ao longo de toda a história nacional, as soluções moderadas e conciliatórias vieram das montanhas mineiras: a Inconfidência mineira (vista como uma revolução sem radicalismos); o “gabinete da conciliação” do Império, comandado por Honório Hermeto Carneiro Leão; o cientificismo aliado ao humanismo, representados por Carlos Chagas e Couto de Magalhães; etc. É à

sua própria tradição que os mineiros devem se manter fiéis para executarem a tarefa de reconstrução nacional segundo um modelo já “pós-liberal” e “pós-marxista”. Nessa tradição,

todo mineiro verdadeiramente típico é vigário: vigário a quem brasileiro nenhum de outra área deve ter a pretensão de ensinar o padre-nosso da relatividade. Relatividade política. Relatividade social. Relativismo sociológico. Mineiridade (FREYRE 1965, p. 26).

Como se pode notar, essa missão de reconstrução nacional defendida no discurso se enquadra nos termos do discurso essencialista. A mineiridade seria a expressão brasileira mais acabada da conciliação entre extremos, que pode ser definida na fórmula da “continuidade na mudança”. Trata-se da acomodação de interesses divergentes para fortalecer as elites já constituídas, de modo a evitar rupturas mais profundas e rejeitar o conflito como parte do processo histórico. Isso fica claro quando se nota que entre as liberdades citadas pelo autor, não aparece a defesa da participação popular nas decisões políticas.

A ordem, que para Freyre é necessariamente democrática, incluiria o respeito às liberdades individuais, mas em nenhum momento do discurso há uma defesa explícita da participação popular na tarefa da reconstrução nacional. Os mineiros que o orador incita para a ação não são do “povo”, isto é, a massa trabalhadora, mas as elites políticas e intelectuais do Estado, plateia para a qual ele discursa. Tampouco os exemplos que personificariam a “tradição mineira” lembrados em sua fala incluem membros do “povo”, mas os políticos, cientistas, escritores, etc. Freyre, assim como os demais autores acima analisados, apresenta *um* passado de Minas como sendo o passado dos mineiros, outro artifício retórico característico do essencialismo identitário.

260

Conclusão

Certamente, seria possível estender esse levantamento com outros textos escritos na primeira metade do século XX.² No entanto, já dispomos de elementos suficientes para discutir o significado histórico e historiográfico do imaginário da mineiridade. Vamos reiterar alguns pontos comuns entre os autores e suas respectivas interpretações.

Em primeiro lugar, todos os intérpretes são provenientes de famílias tradicionais e defendiam ideias políticas conservadoras. Diogo de Vasconcelos ficou conhecido pelo forte traço católico de suas ideias, além de ter combatido o regime republicano e a transferência da capital para Belo Horizonte. Nelson de Sena, apesar de ser um liberal no que se referia à organização do Estado e à defesa da representação política, “era um republicano conservador; ou seja, julgava que a ordem deveria sempre ser preservada e que a mudança jamais deveria fazer-se por saltos radicais” (SILVA 2006, p. 39). Oliveira Viana, por sua vez, foi um dos grandes representantes do pensamento conservador das décadas de 1920 e 1930, e sua obra serviu de inspiração às forças reacionárias

² É o caso, por exemplo, de Latif (1938) e Lima Júnior (1943).

no Brasil (REIS 2006). João Camilo de Oliveira Torres, intelectual monarquista e católico, também era um historiador bastante afinado com o pensamento conservador (RODRIGUES 1988, p. 114). Alceu Amoroso Lima foi um dos representantes mais influentes da intelectualidade católico-conservadora brasileira, sendo inclusive presidente do Centro Dom Vital por quase quatro décadas. Gilberto Freyre era um defensor da herança colonial lusitana, mostrando-se nostálgico em relação a um passado perdido.

O conservadorismo “natural” atribuído aos mineiros, como foi demonstrado acima, era reforçado pelo ponto de vista conservador dos próprios autores. Nesse sentido, o segundo ponto comum entre os textos é a predominância de uma visão conservadora de mundo, que enfatizava o tradicionalismo e a marca do equilíbrio conciliador, temas estruturantes do imaginário da mineiridade. O “espírito de Minas”, assim caracterizado, deveria ser preservado para auxiliar o Brasil em sua caminhada para o futuro sem romper os laços com o seu passado, de modo a impedir a completa “descaracterização” que um impulso sem freios para o progresso e a modernidade poderia ocasionar. Minas Gerais seria, então, símbolo da tradição, da mudança sem rupturas, o que foi muitas vezes traduzido no *topos* da conciliação política, como visto acima. Em contraposição aos centros modernizadores do país, Minas representaria a estabilidade, a permanência e a conservação da nacionalidade.

Em terceiro lugar, a perspectiva utilizada por esses autores se enquadra claramente nos termos do essencialismo identitário. Eles buscavam uma unidade abstrata entre os mineiros, atribuindo-lhes um passado comum, muitas vezes explicitada nas ideias de “caráter”, “povo”, “tradição”, “alma/espírito mineiro”, “mineiro médio”, entre outros termos sempre precedidos de artigo definido singular. Nessa medida, muitas vozes componentes do universo sociocultural regional foram postas à margem desse discurso unitarista, como os negros e as mulheres. O “ser mineiro”, que o essencialismo procurava definir o mais “objetivamente” possível, é de fato uma grande abstração. Além da enorme diversidade regional, havia (e ainda há) uma imensa desigualdade socioeconômica, ignoradas pela historiografia aqui analisada. A perspectiva essencialista encobria o conflito e a diferença como parte integrante da sociedade mineira, tornando-a imóvel, estanque, montada em cima de estereótipos. Neste ponto, o *topos* do equilíbrio desempenhou papel decisivo.

Finalmente, esses textos não eram escritos de modo gratuito. A historiografia da mineiridade ganhou força para responder às mudanças na estrutura política e social brasileira e mineira. Em situações de transição e construção de um novo arranjo político, o tema ganhava ainda mais relevo e significação. Os intérpretes designavam uma “missão” para Minas e conclamavam os seus leitores/ouvintes, enquadrados na figura imaginária do “ser mineiro”, para a ação, sempre no sentido de evitar mudanças mais radicais na ordem política e social. Neste passo, o teor conservador do discurso essencialista adquiria novas dimensões, na medida em que limita, no plano do imaginário, o questionamento ao *status quo*, preservando a estabilidade das elites já constituídas.

O discurso essencialista vem sendo alvo de críticas contundentes por teóricos e estudiosos do tema da identidade cultural. O paradigma unitarista, que fundamentou o projeto moderno, vem perdendo espaço para a valorização das diversidades tanto externas quanto internas aos grupos culturais (HALL 2011; ROUANET 2009). A perspectiva da identidade como um “caráter coletivo” fixo e homogêneo é vista atualmente como um obstáculo para a expansão da cidadania, que deve ser baseada no respeito e na valorização das diferenças socioculturais (BAUMAN 2005). Isso porque, cada vez mais, “a preocupação obsessiva com as origens, que referendam um presente, cedeu lugar à busca de uma diversidade capaz de relativizar o atual, como estratégia de confronto com todas as formas de totalitarismo e de dogmatismo” (NEVES 1987, p. 25).

Ostextos aqui analisados conformaram “retratos” de Minas Gerais pela fixação de uma memória coletiva única e definitiva, e contribuíram para a construção de certos estereótipos ainda presentes no imaginário regional e nacional. Porém, a historiografia das últimas quatro décadas vem promovendo uma ruptura com esse discurso histórico de construção da memória “oficial”. É possível encontrar um grande número de trabalhos que, direta ou indiretamente, trazem para a historiografia memórias de grupos marginalizados, “desclassificados”, há muito ignorados pelo discurso essencialista das identidades culturais, o que faz aflorar conflitos entre memórias emergentes e memórias estabelecidas. Soma-se a isso a fragmentação das identidades ocasionada pela pulverização de grupos de interesse, em detrimento dos referenciais mais tradicionais, como a família, a nação (e suas sub-regiões). No plano político, tal situação abre espaço para as demandas de grupos sociais não-hegemônicos, bem como um maior questionamento do poder constituído (POLLAK 1998; D’ALESSIO 1998).

A crítica à ideia de “caráter mineiro” já fora realizado por outros intérpretes, sobretudo a partir da década de 1980. A mineiridade, desde então, é compreendida ora como uma “ideologia da classe dominante” (DULCI 1984; STARLING 1986), ora como uma “mitologia” atuante no campo da política e da cultura (ARRUDA 1990), ora ainda como um discurso que deve ser redimensionado para abrigar as diferenças regionais do Estado (COSTA 2009). Discorrer mais detalhadamente sobre como se deu essa desconstrução é algo que escapa aos objetivos deste artigo. Nossa intenção aqui foi contribuir para tal desconstrução, concentrando nossa crítica num certo tipo de discurso (a historiografia), que ocupou lugar central para a construção do imaginário da mineiridade enquanto “essência”.

Referências bibliográficas

- ARRUDA, Maria A. do Nascimento. **Mitologia da mineiridade**: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BOMENY, Helena. **Guardiões da Razão**: modernistas mineiros. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

CARVALHO, José Murilo. Trajetórias republicanas. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 44, n. 2, p. 22-35, jul.-dez. 2008.

_____. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 17^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. Imprensa política e separatismo no sul de Minas/ Gerais, século XIX. **E-hum**, v. 3, n. 1, 2010.

CEDRO, Marcelo. **JK desperta BH**: a capital de Minas Gerais na trilha da modernização. São Paulo: Annablume, 2009.

COSTA, João Batista de Almeida. Minas Gerais na contemporaneidade: identidade fragmentada, a diversidade e as fronteiras regionais. **Cadernos da Escola do Legislativo**, v. 11, n. 16, p. 117-137, 2009.

D'ALESSIO, Márcia Mansur. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos e poderes. **Projeto História**, v. 17, p. 269-280, 1998.

DIAS, Fernando Correia. Mineiridade: construção e significado atual. **Ciência e Trópico**, v. 13, n. 1, p. 73-89, 1985.

DISCURSO histórico e político sobre a sedição que nas Minas houve no ano de 1720. Estudo crítico, estabelecimento do texto e notas: Laura de Mello e Souza. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. (Coleção Mineiriana. Série Clássicos).

263

DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. **Ciências Sociais hoje**, 1984.

FERREIRA, Jorge. Apresentação. **Tempo**, v. 14, n. 28, p. 11-18, 2010.

FREYRE, Gilberto. Ordem, liberdade, mineiridade. In: _____. **6 conferências em busca de um leitor**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, p. 22-40, 1965.

HALL Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: LP&A Editora, 2011.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.) **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC-RJ; Ed. Contraponto, 2006.

LATIF, Miran de Barros. **As Minas Gerais**: a aventura portuguesa, a obra paulista, a capitania e a província. Rio de Janeiro: A Noite, 1938.

- LIMA, Alceu Amoroso. **Voz de Minas**: ensaio de sociologia regional brasileira. 3^a ed. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983 [1945].
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. **A capitania das Minas Gerais**: sua origem e formação. 2^a ed. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943 [1940].
- MACHADO FILHO, Aires da Mata. Prefácio. In: VASCONCELOS, Sylvio de. **Mineiridade**: ensaio de caracterização. 2^a ed. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1981.
- MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. **O segredo de Minas**: a origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930). Belo Horizonte: Crisálida/ICAM, 2009.
- MATOS, Raimundo José da Cunha. **Corografia histórica da província de Minas Gerais**. 2 vol. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981.
- MEDEIROS, Bruno Franco; ARAUJO, Valdei Lopes. A história de Minas como história do Brasil. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 43, p. 22-37, 2007.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio**: o imaginário da restauração pernambucana. 3^a ed. São Paulo: Alameda, 2008.
- NEVES, Guilherme Pereira das. Da história como memória da nação à história como crítica da memória nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22, p. 22-25, 1987.
- 264** OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. Minas do lume e do pão. In: _____. **Pequenos estudos de psicologia social**. 3^a ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 30-53
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1998.
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 2**: de Calmon a Bomfim – a favor do Brasil: direita ou esquerda? Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- RESENDE, Otto Lara. Segredo de Minas. **Isto é**, p. 92-93, 14 de outubro de 1981.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tradução de Cláudia Berliner. 3 Vol. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil**. Vol 2: A historiografia conservadora. São Paulo: Editora Nacional, 1988.
- ROUANET, Sérgio Paulo. Universalismo concreto e diversidade cultural. In: VIEIRA, Liszt (org.). **Identidade e globalização**: impasses e perspectivas da identidade e a diversidade cultural. Rio de Janeiro: Record, 2009, p.15-31
- SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio**: província de Minas Gerais. 4^a ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1976.

SENA, Nelson Coelho de. O desenvolvimento de Minas Gerais e sua riqueza literária. In: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: **Memória política de Minas Gerais: Nelson Coelho de Sena**. Belo Horizonte, 2006. Discurso de abertura da assembleia inaugural da Academia Mineira de Letras. Título atribuído pela Fundação João Pinheiro.

SILVA, Mozart Linhares da. Identidade Cultural e alteridade: uma crítica ao essencialismo. In: V FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO E VIII SEMINÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA: EDUCAÇÃO, MÍDIA E VALORES, Santa Cruz do Sul, 2005. **Anais...** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p. 200-212.

SILVA, Rodrigo Machado. O Heródoto mineiro: da tradição monárquica à historiografia republicana. **Revista Temporalidades**, v. 1, n. 2, 2010.

SILVA, Vera Alice Cardoso de. Estudo Crítico. In: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Memória política de Minas Gerais: Nelson Coelho de Sena**. Belo Horizonte, 2006. (Coleção Mineiriana Série Obras de Referência).

STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Os senhores das gerais**: Os Novos Inconfidentes e o Golpe de 1964. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Identidades regionais**: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia. Londrina: EDUEL, 2013.

SOUZA SOBRINHO. **A importância de Minas na política nacional**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1973.

265

TORRES, João Camilo de Oliveira. **O homem e a montanha**: introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011 (Série Alfarrábios) [1944].

VASCONCELOS, Diogo L. A. P. de. Discurso de inauguração do IHGMR. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 14, n. 1, p. 213-220, 1909.

WIRTH, John D. **O fiel da balança**: Minas Gerais na federação brasileira. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Thomas Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 6ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

XAVIER DA VEIGA, José Pedro. Palavras Preliminares. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 1, n. 1, p. I-VI, 1896.